

Primeira apreciação dos resultados eleitorais

22-Fev-2005

Â

Â POSIÇÃO DA CGTP-IN

1. Os resultados da Eleições Legislativas de 20 de Fevereiro evidenciam uma profunda derrota da Direita e das suas políticas e são a expressão inequívoca de que os trabalhadores e a esmagadora maioria dos Portugueses exigem uma mudança clara de políticas. A forte afluência às urnas, a vitória com maioria absoluta do Partido Socialista e o reforço de posições do conjunto das Forças Políticas da Esquerda não permitem outra leitura.

Â

2. Pela clareza dos resultados e, atendo, pelas constantes afirmações do comum dos cidadãos que ontem se foram pronunciando depois do acto eleitoral, os Portugueses disseram que o rumo das políticas a seguir deve passar por três vectores: valorização do trabalho e dos trabalhadores; prioridade ao aparelho produtivo e ao emprego; combate sério às desigualdades, à pobreza e às injustiças sociais.

3. A CGTP-IN deu um contributo ímpar para este desfecho, pois nenhuma outra organização social combateu tão firmemente e de modo tão consequente como ela as políticas neo-liberais dos governos PSD/PP, esclarecendo e mobilizando os trabalhadores portugueses. A sua acção contínua nos locais de trabalho defendendo o emprego, o aparelho produtivo, os direitos dos trabalhadores, a Greve Geral de 10 de Dezembro de 2002 contra o "Pacote Laboral", expressão mais negra da política anti-trabalhadores, e as grandes manifestações de 6 de Junho e de 10 de Novembro, exigindo expressamente eleições antecipadas, são marcos da luta que a CGTP-IN desenvolveu ao longo destes últimos três anos de más políticas. Os trabalhadores, pela sua atitude abnegada e consciente em defesa dos interesses do país, são dos que mais merecem estes resultados eleitorais.

4. O clima de esperança e legítimas expectativas que resultou das eleições não pode ser frustrado nem torpedeado. Na apreciação da CGTP-IN, que tem consciência da continuidade da pressão das políticas neo-liberais no plano externo e, acima de tudo no plano nacional, reclamando mais sacrifícios aos trabalhadores, existem quatro aspectos cruciais que exigem respostas concretas e imediatas, quer do novo governo, quer da nova maioria na Assembleia da República.

O primeiro é a valorização do trabalho e a dignificação das condições de quem trabalha. Hoje, a eficiência e a competitividade dependem ainda mais da valorização do trabalho, das qualificações e das competências. Este "capitão" estratégico foi posto em causa pelos governos da Direita quando aprovaram um Código de Trabalho que representa um retrocesso social. É essencial revogar as normas mais gravosas do Código, valorizar e dinamizar a negociação colectiva e promover um diálogo social consequente a todos os níveis, do nacional ao local de trabalho.

O segundo Â© o de dar prioridade ao aparelho produtivo e ao emprego, condiÃ§Ã£o essencial para assegurar crescimento e desenvolvimento econÃ³mico durÃ¡vel. Este tem que ser o caminho para que o paÃ-s nÃ£o continue a declinar economicamente e para travar riscos de deslocalizaÃ§Ã£o de empresas e, acima de tudo, para salvaguardar emprego, combater o desemprego e criar emprego de qualidade. No que respeita aos sectores tÃªxtil, vestuÃ¡rio e calÃ§ado, face Ã concorrÃªncia desleal dos produtos asiÃ¡ticos, Â© preciso defender o accionamento de clÃ¡usulas de salvaguarda ao nÃ-vel da UniÃ£o Europeia.

O terceiro Â© a necessidade de propostas de polÃ-ticas que valorizem os salÃ¡rios e o compromisso de, num prazo curto, proceder a uma revalorizaÃ§Ã£o do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, um dos factores decisivos no combate Ã pobreza e no impulso do crescimento econÃ³mico.

O quarto Â© o de combater as desigualdades sociais. Estas constituem um aspecto estrutural da realidade portuguesa: a distribuiÃ§Ã£o do rendimento tem evoluÃ-do num sentido desfavorÃvel aos trabalhadores; hÃ uma repartiÃ§Ã£o da carga fiscal muito injusta; temos uma alta precariedade de emprego; hÃ situaÃÃes de privilÃgios intolerÃveis; a ostentaÃ§Ã£o de riqueza coexiste com a pobreza. Com a Direita no poder, as desigualdades acentuaram-se; atacou-se a seguranÃça social e o ServiÃço Nacional de SaÃºde; estigmatizaram-se as pessoas que recebem o rendimento mÃ-nimo; subverteu-se perigosamente o papel do Estado e as funÃÃes da AdministraÃ§Ã£o PÃblica. Por isso, impÃem-se a revogaÃ§Ã£o de algumas leis que estruturaram essas injustas situaÃÃes e uma polÃ-tica global orientada para uma repartiÃ§Ã£o justa do rendimento e da riqueza.

5. A CGTP-IN reafirma o seu empenho em contribuir para que a mudanÃça

reclamada pelo povo portuguÃs em 20 de Fevereiro se concretize. Do novo governo esperamos e reclamamos a interpretaÃ§Ã£o fiel dos anseios dos trabalhadores, capacidade de diÃlogo e negociaÃ§Ã£o efectiva. Da nossa parte, assumimos o compromisso de tudo fazermos na mobilizaÃ§Ã£o dos trabalhadores, construindo a necessÃria base social para a mudanÃça. Acreditamos que Â© possÃ-vel trazer mais progresso e justiÃça social ao PaÃ-s. Por isso vamos lutar.

Ã